Página PT 13
Nº 89 JULHO/2010
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

PLEBISCITO POPULAR

Entre os dias 01 e 07 de setembro acontece o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil.

O deputado estadual da Bahia Valmir Assunção (PT), uma das mais importantes lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ressalta a importância de que todos que querem um Brasil mais justo digam um "não" ao latifúndio. "Não podemos conviver com essa injustiça: enquanto poucas pessoas com grandes extensões de terra estão sem produzir, quase cinco milhões de famílias estão à espera de chão para plantar. Não dá para termos latifúndio enquanto muitos morrem de fome. A propriedade da terra não pode ser mais sagrada que a vida", diz.

Além das 54 entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, também promovem o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, a Assembléia Popular (AP) e o Grito dos Excluídos. O ato ainda conta com o apoio oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Acompanhe e faça parte da campanha através do site http://www.limitedaterra.org.br/

EDITORIAL

Em 2002, o povo brasileiro elegeu Lula e derrotou Serra. Impôs uma forte derrota aos doze anos de tragédia neoliberal no país. Oito anos depois, as eleições nacionais decidirão se confirmarão e aprofundarão esse rumo ou se retornaremos à agenda neoliberal proposta novamente por Serra.

Dilma Roussef é a nossa candidata não só para continuar as mudanças e consolidar as conquistas sociais e políticas desses oito anos de Lula. Ela é a candidata para partir desse patamar e realizar reformas democráticas e populares.

Para tanto, é preciso aumentar nosso potencial de fogo nos governos estaduais e no Congresso Nacional. Eleger senadores para combater a discriminação, o preconceito e o conservadorismo. E aumentar a bancada de esquerda comprometida com as transformações sociais.

Esta edição especial de *Página 13* traz entrevistas com Renato Simões, candidato a deputado federal no estado de São Paulo e integrante da tendência Militância Socialista; traz também uma entrevista com Irene, candidata a deputada estadual e militante da Articulação de Esquerda.

Apresentamos, também, textos sobre temas programáticos (juventude, saúde e pauta do Senado Federal). Além de um informe sobre a eleição na Fenaj, onde a oposição avançou.

SINDICAL

Oposição cresce

Situação vence na Fenaj, mas a Chapa 2 "Luta Fenaj" ganha em sete Estados e conquista 32% da votação

Encerradas as eleições da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), realizadas nos dias 27, 28 e 29 de julho, a situação venceu novamente, mas sua hegemonia saiu trincada. A Chapa 1 "Virar o Jogo" recebeu 68% dos votos válidos nacionais, mas perdeu a disputa em nada menos do que sete Estados e outros dois sindicatos.

A Chapa 2 "LutaFenaj!" foi vitoriosa em Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso, Sergipe e Pará, bem como nos sindicatos do Estado do Rio de Janeiro (sediado em Niterói) e de Juiz de Fora (MG). Os quase 32% dos votos válidos recebidos pela Chapa 2 representam um avanço de oito pontos percentuais relativamente ao seu desempenho na eleição anterior (2007).

A Chapa 2 solicitou à Comissão Eleitoral Nacional (CEN) que sejam recontados os votos colhidos em Goiás, Espírito Santo, Paraíba e nos sindicatos municipais de Londrina e Dourados. Em todos eles, o percentual de votantes superou significativamente a média nacional, que foi de 44% dos jornalistas aptos a votar, já computadas estas votações extraordinárias. Na Paraíba, sindicato de características pelegas e que raramente abre as portas, teriam votado 133 jornalistas (todos na Chapa 1), o que representa 93% dos aptos a votar.

De acordo com a totalização atual, ainda sujeita à recontagem, a Chapa 1 obteve 2.944 votos, contra 1.369 concedidos à Chapa 2. Os percentuais exatos são de 68,3% e 31,7% respectivamente. Não resta dúvida de que a vitória da Chapa 2 em vários Estados e sindicatos expressa uma importante conquista política do Movimento LutaFenaj!, atestando o declínio de hegemonia do grupo que vem controlando a Fenaj há décadas e que tem parcela de responsabilidade em várias derrotas da categoria.

SC, PR, DF, MG, MT, SE e PA e bases do Estado do RJ e de Juiz de Fora votaram na oposição

Os reveses mais preocupantes da oposição ocorreram na Bahia e no Rio Grande do Sul. Já em Alagoas, Rio Grande do Norte e São Paulo a Chapa 2 cresceu apesar da derrota. Neste último Estado a oposição avançou um ponto percentual em relação à eleição de 2007, apesar dos inúmeros problemas enfrentados no decorrer da campanha.

O novo embate entre situação e oposição na Fenaj ocorrerá em agosto, em Porto Alegre, durante o 34º Congresso Nacional dos Jornalistas. O Movimento LutaFenaj! elegeu uma forte bancada de delegados nos congressos estaduais de jornalistas e pretende dar continuidade ao diálogo com grupos descontentes, que foi a base dos bons resultados na eleição, bem como à sua determinação de fazer da Fenaj um verdadeiro instrumento de luta e de defesa dos jornalistas contra o capital.★

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

FEDERAL

Renato Simões

Aprofundar as mudanças

Em entrevista ao ***Página 13***, Renato Simões, candidato a deputado federal pelo PT de SP, disse que atuará no Congresso Nacional para que DILMA PRESIDENTA possa aprovar as reformas democráticas e populares que ainda estão por fazer: a Reforma do Sistema Financeiro, a Tributária, a Política, a da Comunicação Social.

Fazer a reforma agrária e a reforma urbana

Entre as reformas sociais, duas mexem com a propriedade da terra. A reforma agrária, com a qual Renato é comprometido desde sua juventude, exige uma nova política para as desapropriações, o fortalecimento da economia dos assentamentos e da agricultura familiar e o limite da propriedade da terra. A reforma urbana já tem a sua Lei, o Estatuto das Cidades, o desafio será fazê-lo sair do papel.

Participação popular e democracia participativa

A reforma política deve partir da aprovação do voto em lista partidária e do financiamento público de campanhas, para reverter a dependência de partidos e candidatos do poder econômico. Precisamos regulamentar a democracia participativa prevista na Constituição, avançar na participação popular, fortalecendo as Conferências, Conselhos e o Orçamento e Planejamento Participativos.

Combate à violência e ao crime organizado

O combate à violência e ao crime organizado serão potencializados com um mandato federal. Autor da Lei de proteção a testemunhas e vítimas da violência em S. Paulo, priorizará a proteção dos defensores de direitos humanos, a inteligência e integração policiais, a expansão da rede social nas grandes cidade e dos serviços de saúde mental para enfrentar a drogadição, e uma nova política antidrogas.

Defesa da diversidade religiosa

No plano nacional, Renato Simões continuará defendendo a plataforma de liberdade religiosa e suas várias formas de expressão e culto. A defesa do Estado laico pressupõe que todos terão seus direitos respeitados. O esforço inter-religioso pela cultura de paz e direitos humanos será reforçado nacionalmente, bem como o diálogo entre Estado e as diferentes expressões religiosas.

Combate a toda forma de discriminação

Renato é certeza de compromisso pela igualdade racial e pela superação do racismo. Pela igualdade entre homens e mulheres. Pelo fim da homofobia e pelo respeito aos direitos LGBT. Luta pela acessibilidade plena para a inclusão social das Pessoas com Deficiência. Pelos direitos da Criança e do Adolescente, da Juventude e das Pessoas Idosas. Pela integração de Migrantes e Imigrantes à nação brasileira.

Um novo modelo de desenvolvimento para São Paulo

A candidatura de Renato nasceu na Região Metropolitana de Campinas, mas se espalhou e fortaleceu em todas as regiões do estado de São Paulo. Seu compromisso com um novo modelo de desenvolvimento, com MERCADANTE Governador, passa pelo debate da vocação econômica e social de cada região, pela luta por políticas públicas que induzam o desenvolvimento.

Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social

Renato foi o deputado estadual que priorizou a defesa das universidades paulistas, a USP, a UNICAMP e a UNESP, o Centro Paula Souza e os Institutos de Pesquisa. O mesmo fará em defesa do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, das resoluções da Conferência Nacional do setor e da expansão e qualidade da rede federal de ensino técnico, tecnológico e superior.★

RENATO SIMÕES é militante socialista e pós-graduado em direitos humanos. Começou a militância nos anos 1970, na Pastoral da Juventude, nas Comunidades Eclesiais de Bases e nas Pastorais da Igreja Católica. Da Executiva Nacional do PT, deputado por três vezes, é respeitado pela destacada atuação como parlamentar na Assembléia Legislativa e na defesa e promoção dos direitos humanos.

Participou de todas as frentes de luta social desde os anos 1980: movimentos populares urbanos, apoio à reforma agrária, pelos direitos humanos, pela redemocratização do País, pela participação popular na Constituinte, o Fora Collor.

Candidato a prefeito de Campinas em 1992, foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1994. Por doze anos, fez firme oposição às políticas neoliberais de FHC, Covas e Alckmin. Esteve na linha de frente da luta contra as privatizações do Banespa, da Vale do Rio Doce, contra a dívida externa e a Alca. Denunciou e resistiu ao desmonte das políticas do Estado nas áreas de educação, saúde e segurança, entre outras.

Presidente por nove anos da Comissão de Direitos Humanos, criada por projeto de sua autoria, possui grande legislação aprovada na área dos direitos das mulheres, da criança e do adolescente, da comunidade negra e dos quilombolas, das vítimas e testemunhas da violência e contra a homofobia. Foi relator da CPI do Narcotráfico e membro da Comissão de Segurança Pública, especializando-se em temas como segurança, política penitenciária e combate ao crime organizado.

No PT, organizou e coordena os 14 setoriais nacionais vinculados à Secretaria de Movimentos Populares, que reúnem a militância petista das várias políticas públicas e movimentos sociais.★

Irene

Mulheres que lutam mudam o mundo

irene

Atualmente vereadora em Diadema e candidata a deputada estadual, Irene concedeu a seguinte entrevista ao *Página 13*:

Dilma presidenta, Marta senadora, Irene deputada estadual: a atuação da mulher na política faz diferença?

IRENE: Certamente faz muita diferença. O caráter e o grau da democracia em uma sociedade se medem também pela maneira como as mulheres participam da política.

Aqui no Brasil, até 1934, nós mulheres sequer tínhamos direito pleno ao voto, portanto éramos excluídas da política formal, institucional.

O que não impediu que as mulheres desde sempre tomassem parte ativa nas mais importantes lutas políticas e sociais do país.

Por exemplo, a grande greve que sacudiu São Paulo em 1917 foi iniciada a partir das mobilizações das tecelãs do cotonifício Crespi, pois a mão de obra feminina e infantil, mais barata para o patronato que a masculina, era vítima de uma exploração selvagem.

E foi assim durante todo o século XX, as mulheres conquistando seu espaço na política a partir da luta social, sempre com muito esforço e no curso do complexo processo de urbanização da sociedade brasileira.

Mas as sobrevivências patriarcais e machistas ainda são muito presentes na nossa cultura, e daí, na política brasileira. Por exemplo, é comprovado que, em média, as mulheres têm um maior grau de escolaridade, mas ainda assim os melhores salários e postos de comando nas empresas são reservados aos homens.

E é assim também nos parlamentos e governos. Nestas eleições de 2010, a maioria dos partidos e coligações sequer cumpriu a lei que obriga o lançamento de, no mínimo, 30% de mulheres.

Neste sentido, o PT dá uma contribuição imensa ao avanço da cultura política no Brasil quando lança a Dilma à presidência da República. Da mesma forma aqui em São Paulo com a candidatura da Marta ao Senado.

E também entendo assim a minha candidatura a deputada estadual, como parte de um movimento social profundo, que tem uma dimensão importante na conquista de espaços de poder político pelas mulheres, mas não se esgota ai, tem como objetivo a emancipação de todas as mulheres e homens de todas as formas de opressão e exploração.

Na foto acima: Rose, Izalene Tiene e Irene em Iaras, na luta pela reforma agrária.

Ao lado: Irene com mulheres de Diadema em caminhada do projeto "Mulheres em Movimento", comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

É por isto que o nosso mote de campanha é "mulheres que lutam mudam o mundo" e definimos nossa candidatura como feminista e socialista.

8 anos de governo Lula e queremos continuar, 12 anos de governo tucano em SP e queremos mudar: quais os motivos, aqui e lá?

IRENE: Continuar lá em Brasília, com a eleição da Dilma, porque isto é condição necessária para manter na agenda política, social, econômica e cultural do país a possibilidade de efetivação do que chamamos projeto democrático-popular para o Brasil, com significativa distribuição de renda, riqueza e poder e mudança dos parâmetros estruturais em que se assenta a sociedade brasileira.

A análise do que foram os "anos Lula" certamente vai ocupar os historiadores e cientistas sociais durante muito tempo, mas o que há de certo já, aqui e agora, é que o governo Lula ampliou a democracia, enfrentou a maior crise internacional do capitalismo em décadas sem lançar o seu peso nas costas do povo, ampliou as possibilidades de emprego formal para milhões de trabalhadores, enfrentou a extrema pobreza de parcelas da população com políticas eficazes, e com tudo isto começou a abrir novos horizontes para uma classe trabalhadora que vinha sendo impiedosamente pauperizada e sub-proletarizada nos anos de dominação do neoliberalismo no Brasil, sob a égide demo-tucana.

E isto não é pouco, pois só haverá possibilidade de avançar na luta democrático-popular, impondo maiores recuos e derrotas ao grande capital, ao latifúndio e às oligarquias se tivermos uma classe trabalhadora fortalecida política, econômica e culturalmente.

Mudar aqui em São Paulo, elegendo o Mercadante, a Marta, o Netinho e uma forte bancada de deputados estaduais e federais, porque a política tucana em São Paulo é a vanguarda do atraso, representa a antítese do que foram os anos Lula para o Brasil. ⇨

Irene: mulher de luta, feminista e socialista!

IRENE é candidata a deputada estadual porque é preciso uma forte representação das mulheres socialistas na Assembléia Legislativa de São Paulo, com a competência e a garra que as mulheres têm para construir um mundo de paz, sem opressão, violência e exploração.

No PT desde 1980, Irene é advogada formada pela PUC-SP, e começou sua atuação política defendendo os moradores de cortiços e as associações de moradia nas lutas contra os despejos e reintegrações de posse.

Irene assumiu várias responsabilidades nos governos petistas em Diadema: Secretária dos Assuntos Jurídicos, coordenadora da Casa Beth Lobo na defesa das mulheres vítimas de violência e dos órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Pelo seu compromisso, seriedade e disposição de luta, Irene foi aprovada pelo voto popular e eleita vereadora três vezes. Destacou-se na defesa dos direitos das mulheres, do funcionalismo público, do caráter público das empresas municipais de transporte coletivo e saneamento básico, no apoio às lutas populares por habitação e pela Reforma Urbana.

Como deputada estadual, Irene será um ponto de apoio para os movimentos sociais de todo o estado e para a sustentação dos governos de Dilma, a primeira mulher presidenta do Brasil e Mercadante, o primeiro governador petista de São Paulo.

O PT ainda faz diferença?

IRENE: Faz muita diferença. O Brasil de hoje seria impensável sem a existência do PT, que surgiu na cena há trinta anos atrás representando os interesses de classe de um jovem proletariado que foi se forjando desde os anos 60 nas regiões mais industrializadas do Brasil, passou pelo teste de enfrentar a ditadura militar no inicio dos anos 80 e amadureceu para a política com e através do PT.

De lá para cá muita água rolou debaixo da ponte, o Brasil mudou e o PT também mudou, nem sempre para melhor é bom que se diga, mas o fato é que o PT segue fazendo diferença e sendo necessário porque a classe trabalhadora brasileira precisa dele enquanto instrumento de defesa dos seus interesses imediatos e históricos.

Não é à toa o ódio que a burguesia, a grande mídia e as oligarquias destilam contra o PT, por mais que as posições do Partido venham se moderando ao longo dos anos.

O fato é que há questões estruturais, como a luta pela reforma agrária e pela redução da jornada de trabalho, que foram adotadas como bandeiras importantes para o debate programático da ampla coligação que apóia Dilma no IV Congresso do PT, que apenas se tornarão realidade com um amplo movimento de massas que será tanto mais potente quanto mais um partido de esquerda com audiência entre as amplas massas da população e responsabilidade de governo como o PT se empenhe a fundo na sua materialização.

Aliás, o sentido da existência de uma esquerda socialista do PT, que se expressa nestas eleições, dentre outras candidaturas, através da minha e da do Renato Simões, é exatamente este, atuar para que o Partido cada vez mais se comprometa organicamente com estas lutas, guiado por um projeto estratégico de transformação profunda da sociedade brasileira.

Você eleita, quais as prioridades de seu mandato?

IRENE: Em primeiríssimo lugar fazer um mandato colado às mobilizações e lutas sociais, colocar o mandato a serviço da organização destas lutas e do fortalecimento da organização popular.

Entendo um mandato de esquerda como uma construção coletiva e aberta para as várias demandas dos setores que lutam.

Neste espírito certamente as lutas das mulheres terão um papel importantíssimo, há muito o que fazer na denúncia da violência contra as mulheres e na cobrança por políticas públicas eficazes que enfrentem de frente este problema.

A verdade é que são pouquíssimas as casas-abrigo no estado de São Paulo e a Lei Maria da Penha não vem sendo integralmente cumprida devido a inúmeras deficiências das delegacias das mulheres e inexistência de juizados especiais na maioria das comarcas do estado.

A luta contra a violência precisa se transformar num movimento de massas das mulheres. A Marcha Mundial de Mulheres e programas como o "Mulheres da Paz" tem cumprido um papel importantíssimo neste sentido e meu mandato será mais uma ferramenta para a construção deste amplo movimento que vem crescendo dia a dia.

Outros pontos da pauta feminista certamente terão um destaque no meu mandato de deputada estadual, por exemplo:

- Igualdade salarial entre mulheres e homens nos mesmos cargos e funções;
- Mais espaços de esportes e lazer para as mulheres;
- Mais creches para os filhos e filhas das trabalhadoras;
- Ampliação e qualificação dos programas voltados à Saúde da Mulher
-Prioridade para as mulheres na titularidade dos programas habitacionais;
-Criação de condições para a igualdade na divisão do trabalho doméstico.
- Descriminalização do aborto, que deve ser enfrentado como uma questão de saúde pública;

Certamente o apoio a outras lutas terá um lugar importante no mandato, das quais destaco:

- por nova **política habitacional** no Estado, com mais recursos, participação popular, controle social e respeito à população (fim dos despejos e remoções forçadas praticadas pela CDHU), e prioridade à regularização fundiária das áreas ocupadas e urbanizadas, até o registro em Cartório de Imóveis;
- pela **Reforma Urbana** no Estado, fazendo cumprir a Lei Federal conhecida como Estatuto das Cidades, para que as cidades paulistas possam ser melhores e mais justas, combatendo a especulação imobiliária, destinando áreas para a produção de habitação popular e preservando seu meio-ambiente;
- pela **Reforma Agrária** no Estado de São Paulo, com aquisição de terras e a liberação de créditos para agricultura e moradia, contra a ocupação das terras devolutas por usinas e multinacionais do agronegócio, a exemplo do que vem acontecendo em Iaras, com a ocupação de terras públicas pela Cutrale e também no Pontal do Paranapanema com a ocupação das terras devolutas por usinas de açúcar;
- em **defesa do Serviço Público**, contra as privatizações, terceirizações e precarização dos serviços, pela valorização dos servidores;
- pela aprovação de uma "**Lei de Responsabilidade Social**", que obrigue os governantes a honrar os compromissos e cumprir metas nas áreas da Educação, Saúde, Transportes, Habitação, Assistência Social e Segurança Pública. ★

Por uma nova geração de políticas públicas

*Edson Pistori**

As inovações na política de juventude devem incluir três grandes áreas: moradia, turismo e mobilidade

Nas sociedades contemporâneas, a juventude é a fase do ciclo da vida em que os seres humanos vivenciam, de maneira mais intensa, a construção de sua identidade pessoal e coletiva e iniciam a busca por autonomia e independência.

Esta transição do mundo privado das relações familiares para a ocupação do espaço público, em geral, é marcada por uma atitude de experimentação e ao mesmo tempo de afirmação da individualidade, que se manifesta na insubmissão diante dos pais ou adultos.

A busca por autonomia pode ser vista como uma espécie luta individual pela soberania do próprio corpo, que durante a fase da infância é controlado pelos adultos.

Com a justificativa da proteção e do cuidado, os pais ou familiares exercem uma forte dominação sob os corpos dos jovens que alcança desde a definição de horários de entrada e saída na casa, passando por restrições à participação em festas ou atividades de convivência, controle e repressão da atividade sexual, intromissão na escolha de parceiros afetivos, chegando até a interferência na escolha profissional ou pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho, ainda que seja em ocupações precárias.

Evidentemente, as situações de dominação não são homogêneas e nem acontecem em todas as famílias. A tutela pode se alterar em forma e intensidade, a depender da condição social ou religiosa da família.

Por este motivo, durante a juventude a maioria das pessoas vivencia conflitos familiares intensos e por conseqüência as alternativas para conquistar a autonomia, que variam também de acordo com as origens sociais.

Nas classes com maior renda, os jovens optam por estudar em universidades localizadas em cidades fora do domicílio da família. Assim, vivem em moradias individuais ou coletivas (repúblicas) ou moradias oferecidas pelas universidades (estudantis), aonde podem ter uma rica experiência de liberdade individual longe do controle dos pais. Em outros casos, esses jovens têm a oportunidade de passar temporadas de intercambio em países estrangeiros.

Para os jovens das camadas populares os caminhos para autonomia passam pelo casamento precoce ou gravidez, pela ruptura antecipada com o núcleo familiar quando acabam sendo expulsos de casa devido às escolhas comportamentais, ou pela entrada no mercado de trabalho quando acompanhada de mudança na cidade de origem. Outra forma de conquista de autonomia dá-se quando os jovens de cidades do interior migram para cidades pólo ou capitais em busca de vagas em universidades públicas ou de escolarização (profissional ou média) ou de empregos com maior remuneração.

Por isso, temos defendido a urgência de se formular uma nova geração de políticas de juventude que ofereçam programas viáveis e em grande escala, com objetivo de favorecer a conquista de autonomia pelos jovens.

A professor Marília Sposito afirma que as atuais políticas de juventude estão assentadas em estratégias de ocupação do tempo livre dos jovens, quando este não é absorvido pela escola e família. Assim, as políticas, enquanto formas reguladoras dos tempos, funcionariam mais como um elemento de dominação e poder sobre os segmentos juvenis, retirando dos jovens qualquer possibilidade de insurgência, na medida em que o seu foco está na transição para a vida e integração sem conflitos no mundo adulto.

Em contraponto, uma nova geração de políticas de juventude precisará trazer para o seu centro o dever do Estado em prover as condições indispensáveis para o bem estar, a emancipação e reconhecimento dos jovens, promovendo sua criatividade e participação com objetivo de apoiar a busca por autonomia e independência para serem vivenciadas no tempo presente.

Estas inovações na política de juventude devem incluir três grandes áreas: moradia, turismo e mobilidade.

Para questão da moradia propomos um programa com o título provisório de "Casas da Juventude". As "Casas da Juventude" seriam unidades habitacionais especiais construídas em cidade grandes e médias. Seriam projetadas em prédios modulados com quartos individuais com banheiro (18m^2), além espaços coletivos para salas de estar, *lan house,* cozinha e lavanderia.

As unidades habitacionais seriam construídas em terrenos públicos ou em imóveis nos centros das cidades com vistas à revitalização dessas áreas ou próximos a universidades, parques ou instituições de ensino. Sempre distribuídos no espaço urbano para evitar a "*guetização*" ou segregação dos jovens.

Os usuários jovens deverão ser solteiros(as) na faixa entre 18 a 30 anos de idade, ter concluído o ensino médio ou estar cursando qualquer nível de educação formal. Os moradores custeariam por meio de um aluguel social com pagamento correspondente 20% a 30% do valor de mercado. A administração das "Casas da Juventude" seria compartilhada pelos próprios jovens e o poder público (a versão integral deste artigo está no www.pagina13.org.br). ★

***Edson Pistori** foi coordenador-executivo da I Conferência Nacional de juventude em 2008

Agenda densa

*Aderbal de Oliveira Neto**

Deve entrar na pauta do Senado, em 2010, o debate sobre as reformas tributária, trabalhista e sindical, política, judiciária e da previdência social. Diante de toda essa agenda legislativa, é imprescindível que o PT consiga eleger uma grande bancada para dar sustentação ao futuro Governo Dilma.

O futuro governo de Dilma Rousseff terá que enfrentar uma agenda legislativa bastante densa no Senado Federal. A partir do ano de 2011, quando seu mandato se iniciar, a presidenta certamente deverá dispensar uma atenção especial ao andamento dos principais projetos nessa Casa Legislativa que, ao longo da história republicana, tradicionalmente se mostra lenta e refratária às grandes mudanças.

O Senado deverá pautar, já a partir do ano que vem, as tão faladas reformas tributária, trabalhista e sindical, política, judiciária e da previdência social. Além delas, o parlamento também terá que discutir e votar o PLC 16/2010, que disciplina a distribuição dos royalties oriundos da exploração do petróleo na costa brasileira.

A reforma tributária originalmente apresentada na Câmara (PEC nº 233/08) propunha a criação do *Imposto sobre Valor Agregado* (IVA), arrecadado pela União e repartido entre os entes que compõe a Federação. O IVA extinguiria os “27 ICMSs” existentes, além de alguns tributos federais (como a Cofins e a contribuição do salário educação). Seria uma espécie de “superimposto”, que redesenharia o pacto federativo. Contudo, essa proposta foi profundamente alterada na Câmara dos Deputados.

Quanto a reforma trabalhista e sindical, os empresários pressionam para um enxugamento dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal. No lado oposto, os trabalhadores e sindicatos propõem reformas que fortaleçam o papel das centrais sindicais nos processos de negociação coletiva, lutam pela redução da jornada de trabalho, não aceitam retroceder e perder os direitos sociais duramente conquistados. No ano de 2005, o Governo Federal enviou a PEC 369 para a Câmara dos Deputados, fortalecendo as centrais sindicais, mas essa proposição está “engavetada” desde aquele ano, por falta de acordo.

Em relação à reforma política, há uma série de projetos tramitando na Câmara dos Deputados que prevêem mudanças na legislação eleitoral e na representação parlamentar. Estão em discussão a cláusula de barreira (para partidos que não alcançarem 5% dos votos totais das eleições proporcionais), o financiamento público das campanhas, a fidelidade partidária, o voto distrital e outros temas igualmente sensíveis.

Sobre a Reforma Judiciária, tramitam no Senado os novos Códigos de Processo Penal, Civil e Código Eleitoral. A modificação desses três estatutos poderá alterar todo o andamento dos procedimentos judiciais no Brasil.

Quanto a Reforma da Previdência Social: se a arrecadação previdenciária não for ampliada, não haverá recursos no sistema para o pagamento dos benefícios. Frente a isto, há propostas que vão da redução dos benefícios, sobretudo no pagamento de aposentadorias mais elevadas, até fórmulas de aumento de arrecadação.

Por fim, não há como se falar do Senado em 2011 sem destacar o tema que, certamente, ocupará o centro das discussões: a destinação dos recursos do petróleo recém-descoberto nas camadas pré sal. Estima-se que, em seis anos, o Brasil estará produzindo cerca de 3 milhões de barris por dia, o que resultaria em bilhões de dólares entrando nos cofres públicos do país. A aplicação de tais recursos, e o caminho que eles irão percorrer, é uma das discussões mais relevantes.

O Governo Lula construiu o “Sistema de Partilha” para a exploração do petróleo, baseado nas mais exitosas experiências internacionais. Todos os recursos seriam colocados num Fundo Social, e os seus rendimentos serviriam para a educação, cultura, ciência, tecnologia e nas pesquisas ambientais no nosso país.

Contudo, se por um lado a criação do Fundo Social é um consenso, por outro a questão da distribuição dos royalties do petróleo (espécie de compensação financeira paga pelos exploradores) é tema dos mais espinhosos. Isso porque os deputados decidiram que eles devem ser distribuídos de forma igualitária entre todos os Estados e municípios do país. A decisão muda a regra atual, em que Estados e municípios produtores recebem uma parcela maior dos royalties pagos pelas empresas.

Ao se debater a criação de um novo ‘marco legal’ para a distribuição desses recursos, o Congresso estará realizando, por via transversa, uma verdadeira reforma tributária na federação. Isso porque a receita proveniente dos royalties não pode ser discutida isoladamente, sem levar em conta que as repercussões financeiras estarão inevitavelmente relacionadas aos sistemas de arrecadação do ICMS. Assim, é bem provável que a discussão sobre os royalties seja a corrente catalisadora da reforma tributária.

Diante de toda essa agenda legislativa, é imprescindível que o PT consiga eleger uma grande bancada, tanto na Câmara como no Senado, para dar sustentação ao futuro Governo Dilma. Somente dessa forma será possível consolidar institucionalmente o grande projeto popular de desenvolvimento da nação, com distribuição de renda, numa perspectiva democrática de igualdade e justiça social.★

*__Aderbal de Oliveira Neto__ é assessor da Liderança do PT no Senado Federal

Votar em defesa do SUS

*Nayara Oliveira**

Segundo pesquisa do Datafolha, a saúde é hoje o principal problema do país e a área de pior desempenho do governo Lula.

O Sistema Único de Saúde, o SUS, foi implantado no Brasil a partir de 1988. Depois de vinte anos, aquele projeto colecionou experiências exitosas na erradicação de doenças, na redução de taxas de mortalidade infantil, na ampliação do acesso aos serviços, na criação e expansão da estratégia de Saúde da Família, além de tornar-se referência mundial no enfrentamento da AIDS, dentre outras conquistas.

Mas tudo isso vem sendo construído num contexto de desfinanciamento público, da terceirização como estratégia para os problemas na gestão dos serviços, de fortalecimento dos planos privados de saúde. Nas regiões mais ricas do país, é corrente se dizer que se inverteu a relação preconizada na Constituição: o SUS passou a ser complementar aos serviços privados.

O governo Lula, em suas duas gestões, esteve muito longe de fazer "a diferença" no enfrentamento de tais desafios. A mudança ficou circunscrita às ações comandadas pelo Ministério da Saúde, diferentemente do que se fez com a Educação, tratada como política estratégica.

O governo Lula não priorizou a regulamentação da Emenda 29, que cria parâmetros claros para aplicação dos recursos. Na prática, não trabalhou para ampliar a participação federal no valor previsto pela Emenda e colocou como condição, para sua aprovação, a criação de um novo tributo, a CSS (Contribuição Social da Saúde). Não incrementou o ressarcimento ao SUS dos serviços utilizados por usuários dos planos privados. Não enfrentou a renúncia fiscal praticada pelos planos privados. A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) teve uma atuação tímida. Também não desonerou da DRU (Desvinculação de Recursos da União) o setor saúde, como fez para a Educação.

Apesar do contexto de fortalecimento do Estado, que vimos ocorrer durante os dois governos de Lula, a política pública de Saúde continuou vítima das restrições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede a ampliação e a qualificação dos serviços.

Terceirizações

O governo federal não conseguiu enfrentar adequadamente a política de terceirização dos serviços públicos, comandada pelos tucanos em São Paulo, cuja iniciativa ajudou a disseminar, por todo o território nacional, grandes empresas de saúde com orçamentos vultosos transferidos pelos governos. Segue válida, neste sentido, a ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposta pelo próprio PT há mais de uma década, sobre a inconstitucionalidade das terceirizações.

Por outro lado, o Ministério propôs de forma atabalhoada a Fundação Estatal de direito privado como sendo a saída para reorientar a gestão de serviços públicos. Os movimentos sociais na saúde ficaram ressabiados ou se opuseram claramente, diante de um discurso ministerial que deixava nas entrelinhas a responsabilidade dos trabalhadores pela ineficiência da gestão dos serviços. Fortaleceram-se anticorpos, inviabilizou-se a discussão democrática e não se criou a correlação de forças favorável a criação de uma alternativa para enfrentar os reais problemas da gestão.

Na cidade de Campinas (SP), a terceirização se implantou efetivamente há cerca de dois anos, com a transferência da gerência do Hospital Ouro Verde para uma OSS (Organização Social de Saúde), a SPDM (Sociedade Para o Desenvolvimento da Medicina), uma das grandes empresas fomentadas pelas estratégias tucanas de terceirização na capital paulista.

Em 2008 a SPDM cresceu quase 30%, administrando cerca de 485 milhões de dólares, contando com aproximadamente 16,6 mil funcionários. Tem a administração de vários equipamentos de saúde paulistas, entre hospitais, ambulatórios e outros serviços. Estão criando um sistema de saúde paralelo de forma inconstitucional. O que o SUS prevê é a complementaridade do setor privado, quando o público não consegue dar conta de prestar os serviços. Mas aqui o que vem ocorrendo é outra coisa. Cedeu-se a capacidade própria de gestão.

O Ouro Verde é uma conquista da população campineira. O governo Hélio conseguiu o financiamento junto ao Governo Lula para construí-lo, equipá-lo e fazê-lo funcionar. Ou seja, conseguiu os recursos do governo federal e o entregou para a iniciativa privada na saúde, fazendo aqui o que constitui o centro da política do PSDB na saúde.

A transferência para a SPDM foi inicialmente aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde. Mas em maio de 2010, uma reviravolta: o Conselho Municipal de Campinas aprovou a retomada do Ouro Verde pela Administração Direta da Secretaria.

O caso de Campinas não é isolado. Em muitos locais do país, governos dirigidos por partidos tidos como de esquerda estão introduzindo alterações no SUS, que na prática subvertem os princípios constitucionais do sistema. Por isto, nossas candidaturas a deputado estadual, deputado federal, senado e governo de estado devem assumir a defesa do projeto original do SUS: saúde não é mercadoria.★

***Nayara Lúcia Soares de Oliveira** é sanitarista e funcionária pública na prefeitura de Campinas